

JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 9341/2017

Recrutamento, por recurso a mobilidade na categoria, na carreira/categoria de um técnico superior para o exercício de funções na Unidade de Compras do Ministério da Justiça

1 — A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar, mediante o recurso à figura da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade na categoria, prevista nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, um técnico superior, com vista ao desempenho de funções na Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ), cujas atribuições estão previstas no artigo 2.º, n.º 2, alínea g), do Decreto-Lei n.º 162/2012, de 31 de julho, que aprova a orgânica da SGMJ, e no n.º 1.1 do Despacho n.º 2959/2013, de 2 de janeiro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 25 de fevereiro de 2013, que cria as suas unidades flexíveis e define as respetivas competências, com a seguinte caracterização:

1.1 — Caracterização genérica do posto de trabalho:

Assegurar a contratação pública centralizada de bens e serviços, representando o Ministério da Justiça e conduzindo os respetivos processos aquisitivos, bem como colaborar com os serviços e organismos do Ministério da Justiça no levantamento e agregação de necessidades.

1.2 — Tipo de oferta: Mobilidade interna na categoria.

2 — Requisitos gerais de admissão:

2.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

2.2 — Estar integrado/a na carreira Técnica Superior;

3 — Requisitos específicos de admissão:

3.1 — Habilitações literárias: Licenciatura em Direito, Economia, Gestão ou Engenharia.

3.2 — Perfil pretendido/competências: Conhecimentos e experiência profissional na área das compras públicas, em unidades ministeriais de compras ou departamentos de aprovisionamento; capacidade de realizar procedimentos de aquisição de bens e serviços e gerir os respetivos contratos; domínio da legislação que regula o aprovisionamento público; capacidade de organização, rigor na análise, sentido crítico, autonomia e espírito de iniciativa; tolerância à pressão, capacidade de cooperação e de trabalho em equipa e em ambiente multidisciplinar; responsabilidade e compromisso com o serviço.

4 — Método de seleção: A avaliação e seleção das candidaturas será efetuada mediante a realização de uma entrevista de avaliação, na qual serão apreciados os requisitos, os elementos curriculares e as competências profissionais dos/as candidatos/as referidos no n.º 3.

5 — Remuneração: aquela que o/a trabalhador/a auferir no Serviço ou Organismo de origem, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017).

6 — Local de trabalho: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

7 — Prazo de entrega de candidaturas: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do aviso no *Diário da República* e na BEP.

8 — Formalização das candidaturas — As candidaturas são formalizadas mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça em envelope fechado, remetido pelo correio e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Rua do Ouro n.º 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de atendimento — das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas —, em envelope fechado, podendo igualmente a candidatura ser submetida através de correio eletrónico para o endereço recursoshumanos@sg.mj.pt, em qualquer dos casos, com referência expressa Recrutamento, por recurso a mobilidade na categoria — Unidade de Compras do Ministério da Justiça.

8.1 — Independentemente da forma de apresentação de candidatura, no requerimento a que se refere o ponto 8 do presente aviso, os candidatos devem fazer menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego público detida, da carreira, da posição e nível remuneratórios e a correspondente remuneração mensal ilíquida, endereço eletrónico e número de telefone para posterior contacto.

9 — Documentos que acompanham obrigatoriamente a candidatura:

9.1 — Currículo profissional detalhado e assinado;

9.2 — Fotocópia simples dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional detida.

10 — O júri do processo de seleção pode, se assim o entender, solicitar esclarecimentos adicionais ou documentos comprovativos da experiência declarada pelos candidatos.

24 de julho de 2017. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

310668238

Aviso n.º 9342/2017

Recrutamento, por recurso a mobilidade na categoria, na carreira/categoria de técnico superior para o exercício de funções na Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

1 — A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar, mediante o recurso à figura da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade na categoria, prevista nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, três técnicos superiores, com vista ao desempenho de funções na Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso (DSJC), cujas atribuições estão previstas no artigo 2.º, n.º 2, alíneas e) e f), do Decreto-Lei n.º 162/2012, de 31 de julho, que aprova a orgânica da SGMJ, e no artigo 5.º da Portaria n.º 385/2012, de 29 de novembro, que aprova a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respetivas unidades orgânicas, com a seguinte caracterização:

1.1 — Caracterização genérica dos postos de trabalho:

Assegurar o serviço de consultadoria jurídica aos gabinetes dos membros do Governo integrados no Ministério da Justiça (MJ), bem como aos serviços e organismos do ministério, designadamente através da emissão de informações e pareceres, apreciação de reclamações e recursos hierárquicos que aqueles sejam dirigidos e da elaboração de peças processuais em ações e recursos em que sejam visados atos praticados pelos membros do Governo, nas jurisdições comum ou administrativa, bem como de atos praticados por dirigentes de serviços do MJ, desde que solicitada pelo membro do Governo competente;

Assegurar o acompanhamento de outros assuntos jurídicos atinentes ao MJ, designadamente em sede de execução de decisões judiciais proferidas por tribunais nacionais, comunitários ou internacionais, em matérias relacionadas com o funcionamento dos tribunais, com atuações do MJ não imputáveis a serviço ou organismo determinado, ou de qualquer outra decisão em que a referida execução tenha sido determinada pelo membro do Governo competente;

Assegurar igualmente todas as competências previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 385/2012, de 29 de novembro.

1.2 — Tipo de oferta: Mobilidade interna na categoria.

2 — Requisitos gerais de admissão:

2.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

2.2 — Estar integrado/a na carreira Técnica Superior;

3 — Requisitos Específicos de Admissão:

3.1 — Habilitações literárias: Licenciatura em Direito.

3.2 — Perfil pretendido/competências: Conhecimentos e experiência profissional na área de consultadoria jurídica e de contencioso administrativo; capacidade de organização; rigor na análise de informação; sentido crítico; autonomia e espírito de iniciativa; tolerância à pressão; capacidade de cooperação e de trabalho em equipa e em ambiente multidisciplinar, responsabilidade e compromisso com o serviço.

4 — Método de seleção: A avaliação e seleção das candidaturas será efetuada mediante a realização de uma entrevista de avaliação, na qual serão apreciados os requisitos, os elementos curriculares e as competências profissionais dos/as candidatos/as referidos no n.º 3.

5 — Remuneração: aquela que o/a trabalhador/a auferir no Serviço ou Organismo de origem, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017).

6 — Local de trabalho: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

7 — Prazo de entrega de candidaturas: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do aviso no *Diário da República* e na BEP.

8 — Formalização das candidaturas — As candidaturas são formalizadas mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça em envelope fechado, remetido pelo correio e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Rua do Ouro n.º 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de atendimento — das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas —, em envelope fechado, podendo igualmente a candidatura ser submetida através de correio eletrónico para o endereço recursoshumanos@sg.mj.pt, em qualquer dos casos, com referência expressa Recrutamento, por recurso a mobilidade na categoria — Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

8.1 — Independentemente da forma de apresentação de candidatura, no requerimento a que se refere o ponto 8 do presente aviso, os candidatos devem fazer menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego público detida, da carreira, da posição e nível remuneratórios e a correspondente remuneração mensal ilíquida, endereço eletrónico e número de telefone para posterior contacto.

9 — Documentos que acompanham obrigatoriamente a candidatura:

9.1 — Currículo profissional detalhado e assinado;

9.2 — Fotocópia simples dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional detida.

10 — O júri do processo de seleção pode, se assim o entender, solicitar esclarecimentos adicionais ou documentos comprovativos da experiência declarada pelos candidatos.

24 de julho de 2017. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

310668165

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 9343/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que por despacho da Senhora Subdiretora-Geral da Administração da Justiça de 29 de junho de 2016, foi determinada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente técnica pertencente ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Matosinhos, Paula da Conceição Miranda Alves Valentim, para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com efeitos à data do despacho, continuando auferir a remuneração de € 683,13 correspondente à 1.ª posição remuneratória e 5.º nível da tabela remuneratória única.

25 de julho de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

310668343

Aviso (extrato) n.º 9344/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 15 de maio de 2017, este em execução do despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça de 21 de setembro de 2016 (Despacho proferido ao abrigo da delegação de competências conferida pela Senhora Ministra da Justiça, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 13, de 20 de janeiro de 2016), que concedeu provimento a recurso hierárquico, torna-se público o seguinte:

Ana Paula Bértolo Teixeira, colocada no lugar de técnico de justiça auxiliar dos Serviços do Ministério Público do Núcleo do Barreiro e da Moita, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, ao abrigo do artigo 53.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, em sede de alteração ao movimento extraordinário dos Oficiais de Justiça de setembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 4 de novembro de 2015, cessando a situação de afetação naquele Núcleo.

25 de julho de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

310668838

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AMBIENTE E MAR

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Aviso n.º 9345/2017

Abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior da área de observação meteorológica, conforme caracterização no mapa de pessoal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alterada pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, conjugados com os artigos 3.º, 4.º e 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, Jorge Miguel Alberto de Miranda, de 12 de janeiro de 2017, se encontra aberto procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal deste Instituto, para o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo n.º 34 da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi ouvida a entidade gestora (INA) que declarou a in-

xistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

3 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua versão mais recente, e na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, tendo sido consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, na qualidade de Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), tendo a mesma declarado a inexistência de candidatos com o perfil adequado aos postos de trabalho a preencher.

4 — O prazo de apresentação de candidaturas ao presente procedimento é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

5 — Descrição sumária das funções:

Observação meteorológica para fins climatológicos, sinóticos e aeronáuticos; elaboração e emissão de comunicados meteorológicos; apuramento de resultados de observações climatológicas; operação e manutenção de estações e instrumentos meteorológicos; elaboração de estudos e pareceres sobre observação meteorológica; colaboração em ações de formação e divulgação.

6 — Local de trabalho: Centro Meteorológico de São Jorge da Delegação Regional dos Açores, Aeródromo de São Jorge, 9800 Velas, Ilha de São Jorge — Açores.

7 — Posição remuneratória de referência:

7.1 — Nos termos do disposto no artigo 38.º da LTFP, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

7.2 — Por força do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE), aos candidatos detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem na categoria correspondente ao posto de trabalho publicitado, não lhes pode ser proposta uma posição remuneratória superior à auferida, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, LOE para 2017.

7.3 — Atento o preceituado no artigo 38.º da LTFP e da LOE, o trabalhador recrutado é posicionado conforme estabelece a tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

8 — Requisitos de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP:

8.1 — Nacionalidade Portuguesa;

8.2 — 18 anos de idade completos;

8.3 — Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

8.4 — Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

8.5 — Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9 — Só serão admitidos ao presente procedimento candidatos detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída.

10 — Não poderão ser admitidos ao presente concurso os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados em carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IPMA, I. P., idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, nos termos do disposto Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

11 — Nível habilitacional:

11.1 — Grau mínimo exigido é a Licenciatura que inclua nos seus currículos disciplinas de matemática e de física;

11.2 — No presente procedimento, para constituição de reserva de recrutamento, não existe possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

12 — Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o procedimento concursal destina-se à ocupação do referido posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e será constituída reserva de recrutamento interna, válida pelo prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, se os candidatos aprovados, que constam na lista de ordenação final, devidamente homologada, forem em número superior aos dos postos de trabalho a ocupar em resultado deste procedimento concursal.

13 — Os candidatos devem possuir, para além da habilitação mínima correspondente ao grau de licenciatura, o seguinte perfil de competências:

13.1 — Conhecimentos de informática na ótica do utilizador nas ferramentas de Microsoft Office;

13.2 — Capacidade para trabalhar em equipa;

13.3 — Polivalência.

14 — As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, ou remetidas por correio registado com aviso de receção para a morada da sede da Delegação Regional dos Açores — IPMA, sita no Observatório Afonso Chaves, Rua da Mãe de Deus — Relvão, 9500-321 Ponta Delgada, Ilha de São Miguel — Açores, ou enviadas por correio eletrónico